

“Não se meta com meus filhos”

Via [Jacobin América Latina](#)

O ex-presidente da Argentina, Mauricio Macri, apresentou esta semana uma Fundação que leva seu nome. A instituição se concentra na educação. No marco do lançamento, ele disse que, em matéria de educação, “esperamos que todos possam contribuir com conhecimentos e opiniões, mas a voz das famílias, que representam as exigências e os desejos de seus filhos, deve ser a que soa mais alto, a que é ouvida com mais atenção, a mais respeitada”.

Desta forma, ele resumiu a ideologia que a direita tem agitado na Argentina toda vez que a educação é debatida, uma ideologia segundo a qual as famílias são as donas de seus filhos. Desta forma, o relançamento político de Macri colocou o conflito entre escola e família no centro do debate público, e confrontou a política de saúde do governo e a demanda dos professores por um retorno seguro à sala de aula. Entretanto, embora desta vez esteja ocorrendo no contexto da discussão sobre o retorno às aulas em meio à pandemia, este conflito não é novo.

O caso Santiago Maldonado

Um precedente relevante se manifestou em 2017 em relação ao desaparecimento do jovem Santiago Maldonado durante a repressão de um protesto realizado pela comunidade Mapuche Pu Lof em Resistencia de Cushamen, na província argentina de Chubut.

O debate público em torno de seu desaparecimento, que mobilizou a denúncia de várias organizações de direitos humanos contra o Estado argentino por desaparecimento forçado, encobrimento e abuso de autoridade, não demorou muito para chegar às salas de aula através de dois canais: estudantes e professores. Neste último caso, a Confederação de

Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) decidiu realizar diversas atividades escolares para comemorar o Dia Internacional do Desaparecimento Forçado de Pessoas.

Como resultado dessas ações, surgiram reclamações de pais contra o tratamento do assunto na sala de aula, exacerbadas pela mídia pró-macrismo, que se juntou às intervenções de importantes funcionários do Governo Nacional. Este foi o caso do Ministro da Educação da Nação, Alejandro Finocchiaro, que questionou a iniciativa do CTERA e convidou as famílias a apresentarem suas queixas às equipes de gestão ou ao Ministério caso considerassem que o tratamento do assunto era “partidário”. Esta iniciativa é semelhante àquela que Bolsonaro promoveu um ano depois no Brasil, pelo Movimento Escola sem Partido, que conclamou famílias e alunos a denunciar professores “doutrinadores”.

No caso da Argentina, muitos pais, em alguns casos coincidindo com as autoridades escolares, consideraram que a simples alusão ao termo “desaparecido” tinha um preconceito partidário, mesmo que o próprio processo judicial fosse rotulado como “desaparecimento forçado”. A verdade é que a controvérsia desencadeou a reação das autoridades mesmo antes da chegada das reclamações, razão pela qual elas começaram a perguntar aos pais se autorizariam seus filhos a participar de atividades em sala de aula sobre o assunto. Em algumas instituições, eles até encenaram cenas de violência enquanto retiravam os alunos no meio das aulas. Esta contra-campanha tornou-se popular nas redes sociais com a hashtag #ConMisHijosNo, que acabou por consolidar os pais como garantidores da censura do tratamento do assunto na sala de aula.

Ocupações de escolas

Alguns meses depois, situações similares se desenvolveram como resultado das ocupações de escolas ocorridas na Cidade Autônoma de Buenos Aires, na qual estudantes organizados

ocuparam trinta edifícios para se manifestarem contra a reforma promovida pela carteira educacional daquela cidade.

Enquanto os estudantes condicionaram o levantamento das medidas a uma reunião com a Ministra da Educação de Buenos Aires, Soledad Acuña, ela escolheu as famílias como interlocutoras: “Os pais têm que ser capazes de manter suas calças compridas e suas saias vestidas para dizer às crianças que não”.

Desta forma, o ministro conclamava as famílias a impor sua autoridade e mandar seus filhos para casa, ignorando o corpo estudantil como um interlocutor no debate sobre a reforma que desencadeou as ocupações. O corolário desta orientação veio com a acusação de 43 pais por causa das ocupações de escolas realizadas por seus filhos.

Educação Sexual Integral

O evento mais recente nesta sucessão de polêmicas que colocaram escolas e famílias umas contra as outras, e talvez o que mais claramente manifesta a natureza desta tensão, foi em torno do tratamento do conteúdo da Educação Sexual Integral nas escolas.

A controvérsia seguiu o debate parlamentar para a legalização da interrupção voluntária da gravidez em 2018. Isto ocorreu no contexto de uma grande mobilização social na qual se destacou a participação de estudantes do ensino médio que usavam maciçamente o lenço verde da Campanha pelo Direito ao Aborto. Contra a aprovação da lei, o movimento “em defesa de duas vidas” demonstrou, no qual a participação das escolas denominacionais como centro organizacional da mobilização foi fundamental.

No contexto do debate parlamentar, que terminou com a rejeição da lei, parecia ter sido estabelecido um consenso sobre a importância da Educação Sexual Integral nas escolas, tanto entre as autoridades legislativas quanto entre a opinião

pública. Entretanto, diante da possibilidade de avançar em sua implementação efetiva, o movimento que se autodenomina “por duas vidas” se voltou para um confronto direto contra o tratamento do tema nas escolas, articulando uma campanha sob o slogan “Não se metam com meus filhos”. A campanha tomou o nome e as cores (azul claro e rosa) de um movimento que surgiu no Peru durante 2016 em oposição às políticas públicas do governo nacional em favor da implementação da abordagem de gênero na educação e em outras áreas da administração pública.

O que está por trás do conflito?

Há uma ideia subjacente que entra em jogo sempre que famílias e professores se confrontam: as crianças e os jovens são propriedade de seus pais.

Embora haja sempre alguém que queira dá-la como morta, a escola como a conhecemos hoje é uma instituição muito bem sucedida na socialização da educação, cuidado e educação das crianças. A pandemia deixou isso claro. Em certo sentido, pode-se dizer que a escola expressa objetivamente uma tendência contraditória para a sobrevivência da instituição familiar tradicional. Isto é assim na medida em que sua expansão implica na crescente socialização das tarefas de cuidar de crianças e adolescentes. Entretanto, a família continua a reivindicar para si mesma – e parece ser concedida de forma absoluta – uma espécie de direito de propriedade sobre crianças e adolescentes. Quando Macri afirma que a educação “é uma questão fundamental de cada família”, ele está reivindicando esse direito sobre o direito à autonomia de cada estudante.

A demanda da direita pela abertura de escolas e, ao mesmo tempo, a reivindicação da família como espaço privilegiado de reprodução social, são apresentadas a nós como uma contradição. No entanto, esta contradição é apenas aparente. A relação entre a socialização da criação de crianças – que acompanha a expansão das relações sociais capitalistas – e os

supostos direitos de propriedade da família sobre as crianças é análoga àquela entre a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza na esfera da produção capitalista. Neste sentido, a ala direita continua a promover a família tradicional, objetivamente enfraquecida, como o principal espaço de realização pessoal e afetiva, reforçando ideologicamente no mesmo movimento o direito de propriedade.

Assim, quando a escola questiona a apropriação que as famílias fazem das crianças a fim de concebê-las como sujeitos autônomos, as famílias reagem violentamente. Eles são chamados às trincheiras da batalha, seja contra a rebeldia dos alunos, seja contra a ousadia dos professores. Parece que o que não pode ser questionado é a propriedade, e para a maioria das famílias, a única propriedade é aquela que eles têm sobre “seus filhos”. A apropriação familiar da vida de crianças e jovens faz parte de uma teia mais complexa que inclui outros mandatos e opressões sociais, como a apropriação estatal e masculina do corpo da mulher, a heterossexualidade e a maternidade obrigatória. A ideologia dos think tanks de direita na região opera sobre esta realidade, agitando o espírito das famílias cada vez que a escola se torna um espaço aberto à crítica social.

Se queremos discutir com estas ideias, então devemos estar dispostos a discutir a aparente comunhão entre família e escola. Cabe a nós professores fazê-lo se quisermos tratar nossos alunos como pessoas.

Como professores, temos um papel fundamental a desempenhar na defesa da educação pública como um espaço privilegiado para a compreensão e também para minar os fundamentos dessas formas de dominação. Devemos tomar partido nesta tensão e nos articular com aqueles movimentos que sustentam a tendência à autonomia dos sujeitos, especialmente a de nossos jovens estudantes.

Se a reunião nas escolas é fundamental, não é porque as

famílias têm o direito de decidir o que seus filhos devem ou não fazer, mas porque nas escolas, muitas vezes contra o interesse privado das famílias, uma batalha fundamental pela liberdade e autonomia está sendo travada.